CAIXA

Instrumento de Repasse

Grau de Sigilo
#PUBLICO

INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 32014/IPES-2025

INSTRUMENTO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE ITAIPU, E O(A) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA, PARA APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR OU TÉCNICO – IPES.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o repasse de recursos da entidade binacional ITAIPU, em conformidade com as disposições deste Instrumento de Repasse, ao qual os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por HENRIQUE MEN MARTINS, CPF nº [redacted], residente e domiciliado(a) em Rua [redacted] - PR, conforme procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, livro 3632-P, fls. 193, em 08/10/2025, e substabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, livro 3643-P, fls. 130, em 16/03/2026, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, na qualidade de REPRESENTANTE de ITAIPU, entidade binacional, constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília/DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, e em Assunção, Paraguai, na Avenida España, 850, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.395.988/0001-35.

II – CONTRATADO – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 05.012.896/0001-42, neste ato representado pelo respectivo Reitora, Magnífica Reitora SALETE PAULINA MACHADO SIRINO, CPF n[redacted]0, residente e domiciliado(a)

em AV RIO GRANDE DO NORTE, 1525, CENTRO, PARANAVAÍ PR, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO INSTRUMENTO DE REPASSE
Implementação das ações/atividades selecionadas por Itaipu, conforme o Plano de Ações que integra este instrumento.

II – DESCRIÇÃO FINANCEIRA
- Recursos do Repasse por ITAIPU: R$ 1.625.006,93 (um milhão e seiscentos e vinte e cinco mil e seis reais e noventa e três centavos).
- Conta vinculada do CONTRATADO: agência nº 2957, conta nº 3709.566925295-7.

III – PRAZOS
- Vigência Contratual: 24 meses.
- Encerramento do Instrumento de Repasse: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento ou conclusão da execução da atividade, o que ocorrer primeiro.
- Arquivamento: serão mantidos nos arquivos do CONTRATADO pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.

IV – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária Estado do Paraná.

V-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: AV RIO GRANDE DO NORTE, 1525, CENTRO - CEP 87701-020 - Paranavaí - PR.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Santos Dumont, 2881, 4º Andar, CEP 87.013-050 - Maringá - PR.

V-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: denise.bandeira@unespar.edu.br; isadora.almeida@unespar.edu.br.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovmr@caixa.gov.br.

Pelo presente documento, as partes nominadas no Instrumento de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE AÇÕES

1 – O Plano de Ações aprovado pela Itaipu é parte integrante do presente Instrumento de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A documentação técnica das atividades selecionadas deve ser apresentada à CONTRATANTE nos prazos previstos no cronograma físico/financeiro aprovado no Plano de Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução das atividades do Instrumento de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar a compatibilidade da documentação técnica com os projetos selecionados;
II. Celebrar o Instrumento de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO;
III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira da atividade;
IV. Transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, em conta vinculada sob bloqueio, observado o disposto na CLÁUSULA QUINTA deste Instrumento;
V. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VI. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, a ITAIPU, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
VII. Verificar a documentação do resultado do processo de compra apresentado pelo CONTRATADO, conforme previsto no Processo de Seleção;
VIII. Aferir a execução das atividades pactuadas neste instrumento;
IX. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
X. Notificar previamente o CONTRATADO, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução da atividade do instrumento;
XI. Receber e analisar os documentos comprobatórios do Encerramento do Instrumento de Repasse apresentados pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da não apresentação Encerramento do Instrumento de Repasse no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos;
XII. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar a emissão do termo de encerramento do contrato;
XIII. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATADO, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste instrumento, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATADO, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATADO sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;
XIV. Abertura da conta vinculada, conforme legislação vigente.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Definir o regime de execução da atividade do Instrumento de Repasse como indireto.
II. Respeitar as normas aplicáveis na utilização de recursos financeiros da ITAIPU conforme CLÁUSULA SEXTA;

III. Elaborar os anteprojetos ou os projetos técnicos e apresentar toda documentação técnica necessária à execução do objeto pactuado neste instrumento, bem como os documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, observando o item 1.1 da CLÁUSULA PRIMEIRA;
IV. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução da atividade pactuado no Instrumento de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART ou RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
V. Indicar o servidor ou servidores que atuarão como Gestor(es) do Instrumento de Repasse;
VI. Indicar o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
VII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e o objeto pactuado neste instrumento, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
VIII. Selecionar as áreas de intervenção em conformidade com as localizações informadas no momento da seleção, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
IX. Realizar o processo de compra, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais;
X. Apresentar os documentos comprobatórios do resultado do processo de contratação, observando os requisitos previstos na etapa de Verificação do Processo de Compra, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao CONTRATADO;
XI. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
XII. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes do Instrumento de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
XIII. Comprovar a boa e regular aplicação da totalidade dos recursos transferidos pela CONTRATANTE e, se houver, da suplementação orçamentária do CONTRATADO, destinados à consecução das atividades no prazo fixado neste Instrumento de Repasse;
XIV. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
XV. Prever no chamamento e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução da atividade contratada;
XVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação dos recursos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Instrumento de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
XVII. Afixar placas e adesivos indicativos das obras/equipamentos, conforme modelos e orientações constantes no Manual de Marca do Itaipu Mais que Energia, disponíveis em https://www.itaipu.gov.br/sustentabilidade/itaipu-mais-que-energia/modelos-de-aplicacao;

XVIII. Iniciar o procedimento de compra observando o cronograma, conforme o objeto pactuado neste instrumento;

XIX. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, bem como os de natureza securitária, de seu pessoal, próprio ou terceirizado, designado pelo CONTRATADO ou por empresas por ela contratadas que, a qualquer título, exercer atividades relacionadas a este Instrumento de Repasse, não sendo transferida à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade a este título;

XX. Responsabilizar-se por prejuízos causados pelo CONTRATADO ou pelos seus prepostos a pessoas ou bens, na execução deste instrumento e resultantes de atos ou omissões dolosas ou culposas, tais como negligência, imprudência ou imperícia;

XXI. Refazer, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, as atividades realizadas em desacordo com o Plano de Ações;

XXII. Não utilizar os recursos recebidos da CONTRATANTE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Ações e neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

XXIII. Propiciar, no local de realização da atividade, os meios e as condições necessárias para que a CONTRATANTE e/ou ITAIPU possam realizar supervisões;

XXIV. Cumprir, na execução das atividades deste instrumento, as normas legais e regulamentares de proteção, preservação e conservação ambiental aplicáveis, obtendo as necessárias licenças ou autorizações ambientais, ou comprovando, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade junto ao órgão ambiental competente;

XXV. Restituir à ITAIPU eventual saldo dos recursos financeiros repassados ao CONTRATADO, inclusive aquele proveniente de rendimentos de aplicação financeira, em virtude da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento de Repasse;

XXVI. Transferir, mediante iniciativa de ITAIPU, os recursos financeiros originalmente destinados, o saldo de recursos não utilizados e os rendimentos de aplicação financeira deste contrato para contas vinculadas a outros contratos de mesma titularidade ou de titularidade de outras EXECUTORAS/BENEFICIÁRIAS;

XXVII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Instrumento de Repasse pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da aprovação, por ITAIPU, do Encerramento do Instrumento de Repasse;

XXVIII. Realizar as despesas para execução das atividades deste Instrumento de Repasse, expresso no Plano de Ações, dentro da vigência deste instrumento;

XXIX. Fazer constar no CTEF a obrigação das empresas contratadas, quando da emissão de notas fiscais ou equivalentes, indicar no corpo das notas fiscais ou equivalentes o número deste Instrumento de Repasse e a fonte dos recursos financeiros;

XXX. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

XXXI. Tomar outras providências necessárias à boa execução das atividades do Instrumento de Repasse;

XXXII. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o modelo de placas definido por ITAIPU;

XXXIII. Fazer citação de destaque à ITAIPU em qualquer divulgação/publicidade do objeto contratado;

XXXIV. Utilizar dos sistemas informatizados disponibilizados por ITAIPU para registro fotográfico, documentos fiscais, relatórios, boletins e demais documentos e procedimentos relacionados aos Instrumentos de Repasse;
XXXV. Apresentação dos documentos necessários à regularização da conta vinculada, aberta em agência indicada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A ITAIPU efetuará a transferência de recursos para a conta vinculada do CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item II das CONDIÇÕES GERAIS.
3.1 – Quando o valor da atividade inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução da atividade, em função da atualização de preços praticados no mercado e/ou da modificação dos projetos/atividades, deverá ser aportado o recurso financeiro suplementar pelo CONTRATADO.
3.2 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA ATIVIDADE

4 – O CONTRATADO manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução das atividades deste Instrumento de Repasse.
4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização da verificação do resultado do processo de compra pela CONTRATANTE.
4.2 – Eventual execução das atividades realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.
4.3 – As obras devem iniciar com a brevidade possível, preferencialmente no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão da autorização para início da atividade pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5 – A execução das atividades será acompanhada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO.
5.1 – No acompanhamento da execução das atividades serão verificados:
I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Processo de Seleção;

II. A compatibilidade entre a execução das atividades, o que foi estabelecido no Plano de Ações, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO em sistema disponibilizado por ITAIPU;
IV. O cumprimento das atividades do Plano de Ações nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30(trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.
5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, encaminhará a ITAIPU para as devidas providências.
5.4 – A disponibilização dos recursos financeiros de ITAIPU na conta vinculada do CONTRATADO será realizada sob bloqueio e ocorrerá após formalizado do Instrumento de Repasse ou após aprovação do Processo de Compra da(s) atividade(s) pela CONTRATANTE, no valor do certame, limitado ao valor estabelecido no Instrumento de Repasse, em caso de desconto no certame.
5.5 – O repasse do recurso financeiro poderá ser realizado em parcelas, de forma a garantir os recursos necessários para a execução do Instrumento de Repasse.
5.6 – O recurso financeiro permanecerá bloqueado na conta vinculada do CONTRATADO, sendo que a operacionalização dos pagamentos aos fornecedores e aplicação financeira dos recursos serão realizadas única e exclusivamente pela CONTRATANTE.
5.6.1 – O CONTRATADO autoriza que as movimentações financeiras realizadas na conta vinculada sejam realizadas pela CONTRATANTE.
5.7 – O desbloqueio de recursos ocorrerá na mediante apresentação da documentação constante na CLÁUSULA SEXTA, considerando os seguintes critérios:
5.7.1 – Para obras de sistema de geração fotovoltaico o desbloqueio será realizado nos marcos previstos na Tabela 1.

Tabela 1 – Desbloqueio para sistemas de geração fotovoltaico

Tipo de Estrutura	Desbloqueio	Percentual Máximo de Desbloqueio	Requisitos
Carport Solo Cobertura	1	30%	Conclusão dos serviços/obras da estrutura de suporte do sistema
	2	60%	Sistema em operação, conclusão da obra
	3	10%	Após vistoria final da equipe da CONTRATANTE
Telhado	1	90%	Sistema em operação, conclusão da obra
	2	10%	Após vistoria final da equipe da CONTRATANTE

5.7.2 – Para as obras dos sistemas de infraestrutura para sistema de geração fotovoltaico os desbloqueios ocorrerão conforme evolução física da obra, com periodicidade mínima mensal.
5.7.3 - Para aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios de energias renováveis os desbloqueios ocorrerão conforme aquisição dos equipamentos, com periodicidade mínima mensal.

5.8 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no sistema de ITAIPU a documentação referente a cada desbloqueio.
5.9 – Após a comprovação da homologação do processo de compra pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo de compra.
5.10 – A aferição da execução das atividades será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Ações, conforme os marcos abaixo:
5.10.1 - Sistemas de geração fotovoltaica: 2 (duas) vistorias por campus contemplado, sendo a primeira no início da execução da atividade e a segunda na sua conclusão;
5.10.2 - Serviços de infraestrutura: quando não estiver associada ao sistema de geração fotovoltaica, será realizada apenas uma vistoria por campus contemplado, na conclusão da atividade. Quando estiver vinculada ao sistema de geração fotovoltaica, as vistorias ocorrerão concomitantemente com as vistorias do item 5.9.1;
5.10.3 Aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios de energias renováveis: uma única vistoria por campus contemplado, na conclusão da atividade.
5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Instrumento de Repasse firmados pelos seus antecessores.
5.12 – O desbloqueio dos recursos financeiros será suspenso total ou parcialmente no caso de inadimplemento do CONTRATADO com relação a qualquer cláusula prevista neste instrumento.
5.13 – A falta de entrega da documentação prevista na CLÁUSULA SEXTA pelo CONTRATADO, ou demais irregularidades constatadas, implicará a suspensão dos desbloqueios dos recursos solicitados, até que os problemas sejam sanados.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

6 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Ações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.
6.1 – Antes da realização de cada desbloqueio, o CONTRATADO apresentará, no sistema fornecido por ITAIPU, os documentos detalhados nos subitens a seguir.
6.1.1 – Autorização de Desbloqueio, contendo:

- O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- O nº do Instrumento de Repasse a que se refere o pagamento a ser realizado;
- A atividade do Plano de Ações relativa ao pagamento;
- Informações das notas fiscais ou documentos equivalentes;
- Dados bancários do fornecedor/prestador de serviços para a realização do pagamento.

6.1.2 – Cópia das notas fiscais ou equivalentes, observando as seguintes disposições:

- Ser referentes às despesas compatíveis com as atividades previstas no Plano de Ações e realizadas no período de vigência do Instrumento de Repasse;
- Ser emitidas pelo fornecedor contratado, em nome e CNPJ do CONTRATADO;
- Corresponder ao valor solicitado para desbloqueio.

6.1.3 – A documentação fiscal deve ser apresentada acompanhada da “Declaração de Correspondência de Recursos e Despesas” do CONTRATADO, atestando que os

comprovantes fiscais correspondem à execução do objeto e utilização exclusiva dos recursos do instrumento, detalhando as fontes de recursos e que serão mantidos nos arquivos pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.

6.1.4 – Quando a atividade for aquisição equipamentos e insumos para laboratórios de Energias Renováveis, também devem ser apresentados:

- Termo de Responsabilidade do uso, funcionamento e guarda do equipamento, emitido em nome do CONTRATADO;
- Evidências físicas de entrega por meio de registro fotográfico, com destaque da comunicação visual do programa, conforme modelo definido pela ITAIPU.

Nos casos em que houver despesas antecipadas à entrega do equipamento, como custos logísticos, transporte, seguro, taxas, antecipação de pagamento de equipamento importado e/ou outros encargos correlatos passíveis de antecipação, a apresentação dos documentos supracitados deverá ocorrer no momento da conclusão da atividade, ficando dispensada na etapa de solicitação de desbloqueio dos recursos.

6.1.5 – Quando a atividade for sistema de geração fotovoltaica e serviços/obras de infraestrutura para sistema de geração fotovoltaica, além dos documentos fiscais, também devem ser apresentados:

- Boletim de medição;
- Relatório Resumo do Empreendimento;
- Evidências físicas por meio de registro(s) fotográfico(s);
- Na conclusão da obra:
  - Termo de aceitação definitiva e/ou provisória da obra.
  - Termo de Responsabilidade de uso, funcionamento e guarda do sistema de geração fotovoltaica, emitido em nome do CONTRATADO;
  - Termo de adesão a micro/minigeração emitido pela concessionária de energia para sistemas de geração fotovoltaica.

6.2 – Os pagamentos serão realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, informados pelo CONTRATADO na solicitação do desbloqueio.

6.3 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Instrumento de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item III das CONDIÇÕES GERAIS.

6.4 – No caso de recursos financeiros destinados ao pagamento de sistema de geração fotovoltaica a última parcela dos recursos ficará condicionada à vistoria final in loco para constatação da conclusão da atividade.

6.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal.

6.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta.

6.5.2 – Desde que autorizado pela ITAIPU, os rendimentos de aplicação financeira e eventuais saldos financeiros poderão ser utilizados para a execução de atividades, após pagamento de tarifa extraordinária, conforme CLÁUSULAS DÉCIMA PRIMEIRA E DÉCIMA QUINTA.

6.5.3 – O saldo de recursos repassados e os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas que não tenham sido utilizados na execução do Instrumento

de Repasse devem ser devolvidos a ITAIPU ao final da execução das atividades contratadas, considerando o previsto no inciso XXVI do item 2.2 da CLÁUSULA SEGUNDA, devendo constar no termo Encerramento do Instrumento de Repasse.

6.5.4 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução das atividades contratuais, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

6.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à ITAIPU, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição.

6.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 6.6, a CONTRATANTE solicitará à agência da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta indicada por ITAIPU.

6.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os recursos transferidos referentes à atividade, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Quando não houver qualquer execução física referente à atividade pactuada neste instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executado parcialmente a atividade pactuada neste instrumento, observando-se a proporcionalidade disposta no item 6.7.1;
c) Quando não for apresentada documentação comprobatória de boa e regular aplicação dos recursos;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste instrumento;
e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 6.5.2;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do instrumento celebrado.

6.7.1 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que a atividade for executada parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta indicada por ITAIPU.

6.7.2 – Para aplicação do item 6.7.1, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

6.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos a ITAIPU, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência e a data de efetivo crédito do montante devido na conta de ITAIPU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7 – Os bens remanescentes decorrentes do Instrumento de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS

8 – ITAIPU é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Ações.
8.1 – Sempre que julgar conveniente, a ITAIPU pode solicitar à CONTRATANTE informações referentes as contas vinculadas, bem como poderá promover visitas *in loco* nos projetos com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Instrumento de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

9 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Instrumento de Repasse e a especificação da despesa.
9.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número deste Instrumento de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Instrumento de Repasse.
9.1.1 – O CONTRATADO deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA – ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO DE REPASSE

10 – O Encerramento do Instrumento de Repasse consiste na etapa de comprovação de que os recursos previstos neste instrumento tiveram boa e regular aplicação, em atendimento ao que foi planejado e aprovado entre as partes no Plano de Ações.
10.1 – A documentação deve ser inserida no sistema fornecido por ITAIPU.
10.2 – No encerramento do Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar o Relatório de Conclusão do Objeto, contendo as justificativas de cumprimento parcial ou não cumprimento do objeto, quando for o caso e o Termo de Aceitação Definitiva no caso de obras de engenharia, conforme modelo definido para o Programa.
10.2.1 – Anexar extrato bancário consolidado no encerramento do Instrumento de Repasse, para verificação da movimentação dos recursos financeiros da conta vinculada.
10.3 – Findo o presente Instrumento de Repasse, observado o fiel cumprimento das atividades e das obrigações pactuadas, os bens patrimoniais adquiridos, construídos e/ou produzidos serão revertidos ao CONTRATADO.

10.4 – A CONTRATANTE fará o acompanhamento da execução deste instrumento, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à correta aplicação dos recursos, e o atingimento dos objetivos estabelecidos.
10.5 – Quando a entrega do relatório de conclusão do objeto pelo CONTRATADO não ocorrer no prazo fixado ou caso seja identificada inconsistência na documentação apresentada, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 dias para sua apresentação/regularização, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.
10.6 – Caso o CONTRATADO não apresente o relatório ou regularize as pendências apresentadas, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE comunicará a ITAIPU, para adoção das medidas necessárias.
10.6.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, o CONTRATADO deve apresentar à CONTRATANTE e inserir no sistema de ITAIPU, documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio executado/adquirido.
10.7 – Transcorrido o prazo sem que as irregularidades/inconsistências tenham sido solucionadas, não será celebrado o termo de encerramento do instrumento de repasse, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

11 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO nos seguintes casos em que esse der causa:

Tabela 2 – Serviços Extraordinários

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS		TARIFA	VALOR MÍNIMO
ALTERAÇÃO CONTRATUAL EXTRAORDINÁRIA	ADITIVO	R$ 1.500,00	-
	PARECER DE REPROGRAMAÇÃO	1,60%	8.000,00
VISTORIAS TÉCNICAS EXTRAORDINARIAS		R$ 6.900,00	-

11.1 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS/EQUIPAMENTOS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

12 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido por ITAIPU, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sendo dispensado para sistemas fotovoltaicos instalados em telhado.

12.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Instrumento de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação de ITAIPU, bem como o objeto de aplicação dos recursos.
12.2 – Para as atividades que envolvam aquisição de equipamentos, com exceção de materiais de consumo, a identificação da parceria se dará por meio da adesivagem contendo os logos da parceria.
12.2.1 em caso de inviabilidade técnica-operacional é dispensável adesivagem do equipamento adquirido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item III das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo, a ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência, e aprovação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

14 – O Instrumento de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência.
14.1 – Constitui motivo para rescisão do Instrumento de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Ações;
II. Não apresentação das prestações de contas parciais/final, no prazo estabelecido;
III. Não aprovação do Encerramento do Instrumento de Repasse;
IV. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

15 – O presente Instrumento de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias do término da vigência, a qual será apreciada pela ITAIPU.
15.1 – A alteração contratual referente ao valor do Instrumento de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, não sendo condicionante para o desbloqueio dos recursos.
15.2 – Nos casos em que for admitida a redução ou exclusão de atividades, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo:

a. não represente prejuízo à funcionalidade da atividade pactuada;
b. haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;

c. o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização da atividade, quando couber;
d. o novo Plano de Ações seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

15.3 – As adequações no Plano de Ações de natureza meramente operacional, que não constituam alterações significativas do Instrumento de Repasse, poderão ser realizadas por um Relatório justificado do CONTRATADO com a aprovação de ITAIPU, conforme modelo disponibilizado pela ITAIPU.
15.4 – As tarifas de formalização do Aditivo e dos eventuais serviços que sejam necessários para execução das atividades incluídas serão de responsabilidade do CONTRATADO, exceto nos casos demandados por ITAIPU.
15.5 – Havendo necessidade de reprogramação deste Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar a documentação técnica à CONTRATANTE que, após a análise, emitirá o Parecer de Reprogramação a ser submetido à ITAIPU para aceite ou rejeição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesas a empregado da ITAIPU, a qualquer título;
II. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
III. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
V. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
VII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
IX. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
X. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17 – O CONTRATADO deve estar ciente de que poderá ser suspenso seu acesso aos recursos de ITAIPU, por período de 12 a 36 meses, conforme Tabela 3, nos seguintes casos:

a. A divulgação/publicidade das atividades contratadas sem a devida citação de destaque de ITAIPU, conforme estabelecido no Manual de Identidade Visual do Programa, disponível no endereço eletrônico: https://www.itaipu.gov.br/sustentabilidade/itaipu-mais-que-energia/modelos-de-aplicacao
b. Inexecução e/ou descumprimento das obrigações estabelecidas no Instrumento de Repasse, exceto prazos das etapas do Plano de Ações;
c. Irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos.

Tabela 3 - Prazos de Penalidades

OCORRÊNCIA	PRAZOS (MESES)	PENALIDADE
a	12	SUSPENSÃO NO ACESSO AOS RECURSOS DA ITAIPU
b	24	
c	36	

17.1 – Caso sejam verificadas irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos para execução das atividades que compõem o instrumento de repasse durante a vigência, além da suspensão no acesso aos recursos, o CONTRATADO deve devolver à ITAIPU a totalidade dos recursos investidos.
17.2 – Na hipótese de inexecução e/ou cumprimento parcial do(s) objeto(s) estabelecido(s) no Instrumento de Repasse, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e desde que não imputável ao CONTRATADO, a penalidade prevista na Tabela 3 poderá não ser aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

18 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Instrumento de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.
18.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Instrumento serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no sistema de ITAIPU ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item V-A e V-B das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

19 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

20 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Instrumento de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item IV das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Assinado digitalmente por:
HENRIQUE MEN MARTINS
A conformidade da assinatura pode ser verificada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>

gov.br
Documento assinado digitalmente
SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
Data: 16/07/2026 17:21:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura do CONTRATADO
Nome: HENRIQUE MEN MARTINS	Nome: SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
CPF: [redacted]	CPF: [redacted]

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 270
Mov. 55

Mariana Stefanny da Silva	120.XXX.XXX-59	Representante Discente	Apucarana
Giovana Virgínia Ferreira de Amorim	099.XXX.XXX-63	Representante Discente	Apucarana
Camily Vitória da Silva Rodrigues	070.XXX.XXX-2	Representante Discente	Apucarana
Aurea Andrade Viana de Andrade	817.XXX.XXX-72	Representante Docente	Campo Mourão
Luis Felipe Gomes da Silva	472.XXX.XXX-16	Representante Discente	Campo Mourão
Pedro Henrique Milani Gonçalves	114.XXX.XXX-33	Representante Discente	Campo Mourão
Vivian Marques	018.XXX.XXX-28	Representante Docente	Curitiba I
Alanna Louise Wolf Wudarski	033.XXX.XXX-09	Representante Discente	Curitiba I
Iza Sakassegawa Sperandio	100.XXX.XXX-17	Representante Discente	Curitiba I
Polyanna Morgana Duarte de Oliveira Rocha	701.XXX.XXX-04	Representante Docente	Curitiba II
Raina Costa Santos	046.XXX.XXX-73	Representante Discente	Curitiba II
Geovana Patrício Figueiredo	095.XXX.XXX-90	Representante Discente	Curitiba II
Isabela Fernanda Paes	092.XXX.XXX-85	Representante Discente	Curitiba II
Murilo Zanetti Marochi	064.XXX.XXX-43	Representante Docente	Paranaguá
Mirella e Souza Gomes	132.XXX.XXX-58	Representante Discente	Paranaguá
Nicolle Rosa Manesco	091.XXX.XXX-01	Representante Discente	Paranaguá
Marcia Regina Royer	870.XXX.XXX-49	Representante Docente	Paranavaí
Maria Clara Montovanni Bariani	096.XXX.XXX-08	Representante Discente	Paranavaí
Natália Gomes Diniz	089.XXX.XXX-51	Representante Discente	Paranavaí
Beatriz Longen Rohling Torres	102.XXX.XXX-86	Representante Discente	Paranavaí
Giselle Ludka	041.XXX.XXX-97	Representante Docente	União da Vitória
Ariane Paula Walczak	133.XXX.XXX-69	Representante Discente	União da Vitória
Vinicius Gabriel Schwarz	127.XXX.XXX-31	Representante Discente	União da Vitória
Jardel Rodrigo Holub	114.XXX.XXX-07	Representante Discente	União da Vitória

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1571/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Denise Adriana Bandeira, CPF 392.XXX.XXX-06, e Isadora Almeida, CPF 113.XXX.XXX-70, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Instrumento de Repasse n° 32014/IPES-2025, firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1572/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Revogar as Portarias Reitoria/Unespar n° 1189, de 18 de agosto de 2026, e n° 1530, de 13 de outubro de 2026, que designa o Grupo de Trabalho destinado a discutir a minuta de Resolução sobre Colação de Grau da Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1573/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Giulia Toledo de Sousa, CPF 478.XXX.XXX-58, e Itamar Pereira da Costa, CPF 737.XXX.XXX-04, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato GMS 10208/2026, firmado entre a Empresa LLST Comércio de Materiais Elétricos LTDA e o *Campus* de Apucarana.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1574/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar os seguintes servidores como Gestor e Fiscais do Contrato GMS 10895/2026, firmado entre a Empresa Gente Seguradora S/A e a Universidade Estadual do Paraná:

NOME	N° CPF	FUNÇÃO
Mayson Cândido Inácio	064.XXX.XXX-69	Gestor
Marcia Aparecida Althmann Cezar	670.XXX.XXX-04	Fiscal
Maria Ivete Basniak	670.XXX.XXX-04	Fiscal

Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1575/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Mayson Cândido Inácio, CPF 064.XXX.XXX-69, e Marcia Aparecida Althmann Cezar, CPF 670.XXX.XXX-04, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato GMS 10998/2026, firmado entre a Empresa Seguros Sura S/A e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1578/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Isabela Ferdinando Amaral, CPF 111.XXX.XXX-76, como Fiscal do Contrato GMS 5633/2022, firmado entre a Empresa Sercomtel S.A. -Telecomunicações e a Universidade Estadual do Paraná, em substituição à Fiscal Vivian Cabral Arruda.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data e altera a Portaria Reitoria/Unespar n° 172, de 06 de fevereiro de 2025.

Portaria n.° 1579/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Giulia Toledo de Sousa, CPF 478.XXX.XXX-58, e Itamar Pereira da Costa - CPF: 737.XXX.XXX-04, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Contrato GMS 10047/2026, firmado entre a Empresa Paraná Distribuição LTDA e o *Campus* de Apucarana.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1580/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Giulia Toledo de Sousa, CPF 478.XXX.XXX-58, e Itamar Pereira da Costa - CPF: 737.XXX.XXX-04, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Contrato GMS 10630/2026, firmado entre a Empresa RPG Comércio de Mercadoria e Serviços e o *Campus* de Apucarana.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1581/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar os seguintes servidores como Gestores e Fiscais do Contrato GMS 2847/2026, firmado entre a Empresa J. N. P. Costa Restaurante e Música LTDA e o *Campus* de Apucarana:

NOME	N° CPF	FUNÇÃO
Mariara Pelozo Coluccini	069.XXX.XXX-85	Gestora
Victor Hugo da Cruz Silva	114.XXX.XXX-08	Gestor Substituto
Leandro Vicente Gonçalve	037.XXX.XXX-07	Fiscal
José Carlos Pereira	484.XXX.XXX-91	Fiscal Substituto

Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria Reitoria/Unespar n° 591, de 16 de abril de 2026.

Portaria n.° 1583/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior do docente Adilson Anacleto, CPF 858.XXX.XXX-49, lotado no *Campus* de Paranaguá, no período de 10 (dez) a 18 (dezoito) de novembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), para participar de Missão Oficial/ Trabalho administrativo Capes Global, nas cidades de Jujuy, Salta e Buenos Aires/ Argentina.
Parágrafo Único. Este afastamento para o exterior possui ônus da Capes no âmbito da Rede Ciência Globalmente Relevante e Socialmente Responsável do programa Capes Global.edu.
Art. 2º O presente pedido de afastamento para o exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 187/2025 - CAD/UNESPAR.
Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.° 1584/2026 - Reitoria/Unespar, de 29 de outubro de 2026
Art. 1º Designar Giulia Toledo de Sousa, CPF 478.XXX.XXX-58, e Itamar Pereira da Costa - CPF: 737.XXX.XXX-04, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Contrato GMS 10761/2026, firmado entre a Empresa Volt Materiais Elétricos LTDA - ME e o *Campus* de Apucarana.
Art. 2° Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
eae0ed33
EDIÇÃO 12261 | DATA 03/11/2026

Inserido ao protocolo **26.520.862-2** por: **Isabela Ferdinando Amaral** em: 06/11/2026 09:01. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3e345deb6d27b79e1118f0592423b08**

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 271
Mov. 56

Profa. Dra. Mariana Maciel de Oliveira	Secretário(a)	UNICESUMAR
Profa. Dra. Thelma Sley Pacheco Cellet	Membro	UEM
Prof. Dr. Lucas Spessato de Souza	Suplente	UEM

CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
(04) Ciência da Computação/Aprendizado de Máquina

Nome	Função	Instituição
Profa. Dra. Heloise Manica Paris Teixeira	Presidente	UEM
Profa. Dra. Lailla Milainny Siqueira Bine	Secretário(a)	UEM
Prof. Dr. Igor Rossi Fermo	Membro	UEM
Prof. Dr. Marco Aurélio Lopes Barbosa	Suplente	UEM

Maringá, 30 de outubro de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

Protocolo 147417/2026

PORTARIA N.º 889/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais,

considerando o regulamento do Estágio Probatório, conforme Resolução n.º 199/2009-CAD,
considerando a Portaria n.º 592/2025-PRH,
considerando o protocolo n.º 21.675.803-0,
considerando o Relatório Final apresentado pela Comissão Coordenadora de Avaliação do Estágio Probatório,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica efetivada no cargo de Agente Universitário Profissional, na função de Bibliotecário, a servidora RAIANE VECCHIA DE CAMARGO, CPF 076.XXX.XXX-66, em face do cumprimento do período de Estágio Probatório previsto em Lei, a qual obteve aproveitamento positivo nas avaliações de desempenho.
Art. 2.º Esta portaria gera efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 30 de outubro de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

Protocolo 147121/2026

RESOLUÇÃO CAD Nº 197, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova a solicitação de remoção do servidor docente João Paulo Francisco

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, nomeada pelo Decreto nº 15.234, de 2 de outubro de 2026, usando da atribuição que lhe confere o art. 33, caput, inciso XXIII, do Estatuto, tendo em vista a deliberação do **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** em sessão de 22 de outubro de 2026, e
Considerando os documentos contidos no e-Protocolo n.º 26.101.004-6;

SANCIONA a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a solicitação de remoção do servidor docente João Paulo Francisco do Departamento de Ciências Agronômicas (DCA) do Câmpus Regional de Umuarama para o Departamento de Agronomia (DAG) do Câmpus Sede, pertinente ao Centro de Ciências Agrárias, ficando indicado o código de vaga DOC 02166.2.0.40.0.0 para ser transferido ao Departamento de Ciências Agronômicas (DCA).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 28 de outubro de 2026.

Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora

Protocolo 147084/2026

RESOLUÇÃO CAD Nº 191, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a remoção interna por permuta da servidora docente Natally Vieira Dias.

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, nomeada pelo Decreto nº 15.234, de 2 de outubro de 2026, usando da atribuição que lhe confere o art. 33, caput, inciso XXIII, do Estatuto, tendo em vista a deliberação do **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** em sessão de 22 de outubro de 2026, e
Considerando os documentos contidos no e-Protocolo n.º 21.012.938-3;

SANCIONA a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a remoção interna por permuta da servidora docente Natally Vieira Dias, do Departamento de História do Campus Regional do Vale do Ivaí (DHI/CRV) para o Departamento de História do Câmpus Sede, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), mediante a permuta com o código de vaga DOC 02180.2.0.40.0.0, transferida para a origem.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 26 de outubro de 2026.

Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora

Protocolo 147100/2026

UNESPAR

A DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS Torna público o seguinte **Instrumento de Repasse:**

INSTRUMENTO DE REPASSE ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A UNESPAR:

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná - Unespar e a Caixa Econômica Federal	I - OBJETO DO INSTRUMENTO DE REPASSE Implementação das ações/atividades selecionadas por Itaipu, conforme o Plano de Ações que integra este instrumento. II - DESCRIÇÃO FINANCEIRA • Recursos do Repasse por ITAIPU: R$ 1.625.006,93 (um milhão e seiscentos e vinte e cinco mil e seis reais e noventa e três centavos). • Conta vinculada do CONTRATADO: agência nº 2957, conta nº 3709.566925295-7.	17/07/2026	Vigência Contratual: 24 meses. Encerramento do Instrumento de Repasse: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento ou conclusão da execução da atividade, o que ocorrer primeiro.

HENRIQUE MEN MARTINS
Contratante

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
Contratado

Protocolo 147427/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **PORTARIA:**

PORTARIA N.º 1546/2026 de 21/10/2026. Art. 1º Conceder fruição de férias ao docente **Antonio Marcos Dorigão**, CPF nº 861.XXX.XXX-49, Pró-Reitor de Ensino de Graduação - PROGRAD, referente ao período aquisitivo de **01/01/2025 a 31/12/2025** no período de **23/10/2026 até 30/10/2026.**
Art. 2º Nomear em substituição o Diretor de Registros Acadêmicos, Ericson Raine Prust, CPF nº 053.XXX.XXX-63, para o cargo de Pró-Reitor de Ensino de Graduação - PROGRAD, **durante o período de férias do titular do cargo**, no período de **23/10/2026 até 30/10/2026.**
Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

Protocolo 146876/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
eae0ed33
EDIÇÃO 12261 | DATA 03/11/2026

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Rosicleia Massaneiro** em 03/11/2026 00:00. Inserido ao protocolo **26.520.862-2** por: **Isabela Ferdinando Amaral** em: 06/11/2026 09:01. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d99aa3db2dd4d15540914a9989806341**

ePROTOCOLO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 271a
Mov. 56

Documento: **PublicacaoInstrumentodeRepasseentreaCaixaEconomicaeaUnespar.pdf**.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Rosicleia Massaneiro** em 03/11/2026 00:00.

Inserido ao protocolo **26.520.862-2** por: **Isabela Ferdinando Amaral** em: 06/11/2026 09:01.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: